

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

OPEN E BLIND: DINÂMICAS DA CIÊNCIA À LUZ DA ÉTICA

Joana Coeli Ribeiro Garcia, Maria das Graças Targino, Kleisson Lainnon Nascimento da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3606>

Submetido em: 2022-02-10

Postado em: 2022-02-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

OPEN E BLIND: DINÂMICAS DA CIÊNCIA À LUZ DA ÉTICA

OPEN AND BLIND: DYNAMICS OF SCIENCE IN THE LIGHT OF ETHICS

Joana Coeli Ribeiro Garcia

<http://orcid.org/0000-0001-6423-9422>

Doutora em Ciência da Informação - UFRJ/IBICT

Professora Titular do PPGCI/UFPB

Maria das Graças Targino

<http://orcid.org/0000-0002-7563-3473>

Doutora em Ciência da Informação - UnB

Kleisson Lainnon Nascimento da Silva

<https://orcid.org/0000-0001-6211-2372>

Mestrando em Ciência da Informação – UFPB

RESUMO

A revisão aberta pelos pares se caracteriza por apresentação simultânea das identidades dos árbitros e dos autores antes, durante ou após a análise do artigo. Este artigo apresenta-se como possibilidade de atender às demandas da Ciência Aberta, destacando vieses motivados pelo anonimato (*blind review*), nem sempre vistos, entendidos e abordados na literatura de forma ética. Busca refletir e explicar, à luz de argumentos éticos, a dinâmica de publicações dirigidas, favoráveis ou contrárias aos processos de arbitragem aberta. Utiliza abordagem qualitativa, analisando se os textos publicados em eventos brasileiros de áreas correlatas com a Ciência da Informação tratam e/ou adotam modelos em concordância com a avaliação aberta. Apresenta relatos de autores que concordam, discordam, referem e adotam a *open* e *blind review* em diversidade de modalidades ou encaminhamento de *preprints* em repositórios temáticos. Os textos vislumbram características, inovações, aplicabilidades e benesses que atendem às demandas da Ciência Aberta, comprovando a eficácia do sistema de revisão por pares, com o *blind* como modalidade consolidada e determinada pela Portaria da Capes n. 145, de 10 de setembro de 2021, não oportunizando possibilidades iguais, impedindo a adoção da avaliação aberta. Nenhuma das possibilidades é soberana ou finalística, visto que os argumentos defendidos, ampliam e endossam novas discussões éticas, que necessitam de equanimidade.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação por pares aberta. Avaliação às cegas. Ciência Aberta. Ética na avaliação por pares.

ABSTRACT

Open peer review is characterized by the simultaneous presentation of the identities of referees and authors before, during or after the analysis of the article. It is guided and presented as a possibility to meet the demands of Open Science, highlighting biases motivated by anonymity (*blind review*), not always seen, understood and approached in the literature in an ethical way. To reflect and explain, in the light of ethical arguments, the dynamics of publications directed, in favor or against, open arbitration processes. Qualitative approach, analyzing whether the texts published in Brazilian events in areas related to Information Science treat and/or adopt models in accordance with open evaluation. The results presented refer to authors who agree, disagree, refer and adopt open and blind review in a variety of modalities or forwarding preprints in thematic repositories. The texts envision characteristics, innovations, applicability and benefits that meet the demands of Open Science, proving the effectiveness of the peer review system, with the blind as a consolidated modality and determined by Capes Ordinance n. 145, September 10th, 2021, which does not provide the same possibilities, on the contrary, prevents the adoption of open evaluation. None of the possibilities is sovereign or finalistic, since the arguments defended expand and endorse new ethical discussions, which need equanimity.

KEYWORDS: Open peer review. Blind assessment. Open science. Ethics in peer review.

1 INTRODUÇÃO

A segunda década do século XXI jamais será esquecida, tendo em vista que a população mundial, estimada em dezembro de 2020, girava em torno de 7,7 bilhões de pessoas, e passados quase dois anos, continua a ser dizimada pela pandemia do SARS-CoV-2 ou coronavírus, como vulgarmente denominado. O ânimo das pessoas resulta da maior ou menor produção de vacinas e de sua aderência populacional, a depender do avanço de desenvolvimento científico e tecnológico em que se encontra. Mundialmente, manifestações de instituições importantes, tais como o Comitê da Cruz Vermelha e o Comissariado Mundial de Direitos Humanos, externam apoio na condução da imunização em massa, ensejando evitar morticínio maior do que o já contabilizado.

Em tempos de CA, de avanços contínuos, que a consolidam como campo de estudos, por apresentar temáticas relevantes, que expandem e atualizam a agenda, focalizando pesquisas tendo como eixos – acesso aberto, dados abertos, revisão por pares aberta, ciência cidadã, código aberto, cadernos abertos de laboratório, recursos educacionais abertos e redes sociais abertas – percebem-se indicativos de justiça às práticas como elemento e condição de melhoria, sem predileção. Condições *sine qua non importam* para assunção de ciência que se inclua e efetive o uso da avaliação por pares aberta ou *open peer review* (OPR) ou *open review*, como uma das exigências para validar o fazer científico em igualdade à *blind review*. A produção científica é publicizada com rapidez para disseminar os conhecimentos recém-descobertos e atualizados, de modo a minimizar os efeitos da pandemia. É, pois, o momento de as comunidades acadêmicas marcarem presença em busca de soluções de bem-estar social, mediante ações e eventos que favoreçam a CA.

Outubro de 2021 amplia a situação informacional conjuntural por meio de uma semana dedicada ao acesso aberto, de lançamentos de plataformas de conhecimento público e de revisão de direitos humanos mundiais. No Brasil, em igual período, atores vinculados à Ciência da Informação (CI) e à CA, reúnem-se virtualmente em torno do XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação visando ao relato de contribuições e resultados recentes das investigações. O ENANCIB-2021 congrega pesquisadores, professores, alunos dos cursos de pós-graduação em CI e profissionais de áreas conexas. Incorpora 12 grupos de pesquisa, tratando de especificidades e da abordagem de novos conhecimentos e temáticas que permitem

o desenvolvimento da ciência e tecnologia (C&T) no futuro. Ademais, a comunicação em pauta faz alusão a trabalhos apresentados noutros eventos, ocorridos em diversas ocasiões, tais como: Reunião Scielo [*Brasil Scientific Electronic Library Online*]; Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria (EBBC); e Encontro Regional de Ciência da Informação (ERECIN), que também contemplam temáticas da OPR.

Os textos de natureza teórica, aplicada e metodológica da produção, comunicação e uso da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) adotam modelos de avaliação *open* ou *blind*? De forma similar, questiona-se: os resultados de pesquisas relacionados à comunicação, divulgação, análise e formulação de indicadores para planejamento, avaliação e gestão tratam de modelos de avaliação *open* ou *blind* ou da possibilidade de resultados desenvolvidos acerca de tais aspectos? Diante das questões ora enunciadas, o objetivo central do *paper* em foco reside em refletir e explicar, à luz de argumentos éticos, a dinâmica de publicações dirigidas, favoráveis ou contrárias aos processos de avaliação da ciência.

Amplia-se o foco do estudo, acrescentando-se como Anexo, listagem dos 44 títulos de periódicos brasileiros de CI, destacando-se no estabelecimento das políticas, tão somente a indicação das modalidades adotadas para submissão. Tais dinâmicas interpessoais constantes nas diretrizes dos títulos direcionam a avaliação dos artigos, quer dizer, na concordância ou discordância por este ou aquele, referindo ou adotando *open peer review* ou *blind review*, nas modalidades *single / double* ou encaminhamento de *preprint* a repositórios temáticos. Aspectos e argumentações fortalecem a discussão. Defendemos que a OPR seja considerada e se consolide como verificador da ciência. De outra parte, cientes de instigar editores dos periódicos de CI e de campos cognatos para que reflitam na perspectiva da OPR acerca dos benefícios que redundam aos autores, aos avaliadores, à comunidade científica, aos veículos de comunicação, aos leitores, é possível que tal chamamento contribua para asseverar a ciência inclusiva intermediada por recursos sociais abertos.

2 CONTEXTO

Em texto de 2020, Targino e Garcia e Silva, referindo a interligação da *e-Science* com a CA, defendem que a avaliação dos conhecimentos gerados adquira validade, aderindo à tendência de maior transparência, como proposto no século VIII depois por Robert Boyle em evidência ampliada por Merton em 1957 com

detalhamento de normas. Tal transparência acompanharia, em princípio, o que está anteriormente descrito como os eixos que oferecem sustentação à CA. Isto é, ainda que apresentem denominações variadas, parecem consensuais nas áreas hodiernas de conhecimento.

Reportando-se à situação brasileira, em especial, às competências dos comitês de ética em pesquisa, Guilhem e Diniz (2008) afirmam que são elas atividades não remuneradas e voluntárias. Exigem dos árbitros tanto experiência em pesquisa quanto comportamento rigidamente ético, para que evitem conflitos de interesse entre avaliadores e pesquisadores, o que, decerto, assegura aos partícipes seu envolvimento na promoção de novos saberes, com respeito e responsabilidade.

Se retomarmos à história da avaliação realizada, ou não por pares, no sentido em que o autor conhece o avaliador e este o autor, ela se configura aberta. As trocas de cartas entre eles são provas incontestes. Mesmo durante a Inquisição, isso ocorria em praça pública, com questionamentos e eventuais respostas. Acreditamos que a ideia de *blind review* se deve ao responsável pelo *Philosophical Transaction* que, na entrega do periódico, recomenda ao editor não incluir como avaliadores os membros do *Royal Society*, tendo como justificativa que todos, entre si, conheciam ideias e convicções uns dos outros. Possivelmente, a sugestão se generaliza. Daí em diante, os títulos seguem a avaliação cega que não explicita autor e avaliador um ao outro.

No entanto, isto não impede procedimentos antiéticos, por ambas as partes. Ainda que o editor do periódico não revele, autores de determinados segmentos conhecem seus expoentes, pois são eles que comparecem aos eventos da área e mantêm seus nomes indicados nos conselhos consultivos. Portanto, não são verdadeiramente incógnitos, como DeCoursey (2006) reforça. Se o sigilo é mera conveniência, o que impede que autor e avaliador se conheçam e colaborem para a produção científica mais consolidada, até com a chance de ambos, ao final, assinarem juntos?

Outra forma de reunir vivências é indicada por Emily Ford (2021), ao revelar nos agradecimentos de seu livro "*Stories of open: opening peer review through narratives inquiry*", que compartilhamos descobertas para refletir sobre nossas próprias pesquisas e, potencialmente, imaginarmos outros objetos de estudo adiante. É a inferência de que o conhecimento nunca é 100% original, e, em visão contrária, é sempre coletivo. A autora justifica muito de suas descobertas por intermédio de histórias contadas ou vivenciadas e, possivelmente, de outras que pertencem ao

porvir. Por suas ideias, é considerada a primeira teórica a fazer alusão e indicar artigo sobre OPR, escrito em 1988 por McGiffert.

No Brasil, a Revista de Administração Contemporânea, é exemplo que pode ser vislumbrado com processo consentido pelos avaliadores cujos pareceres e assinaturas são disponibilizados junto à publicação. Enquanto na CI, salvo erro ou omissão, localizamos em eventos três textos em 2017; cinco em 2018; e em 2019, 2020 e 2021, um artigo a cada ano, como se pode verificar no Quadro 1.

Quadro 1 – Literatura sobre open peer review em eventos brasileiros

Autor(es)	Título	Evento / Ano
Vinicius Medina Kern	Inovações na revisão por pares: o papel do software	ENANCIB 2017
Alessandra dos Santos Nilton Bahlis dos Santos	Uso de tecnologias interativas na avaliação e na comunicação científica	ENANCIB 2017
Joana Coeli R. Garcia Maria das Graças Targino	<i>Open peer review</i> sob a ótica de editores das revistas brasileiras da Ciência da Informação	ENANCIB 2017
Joana Coeli R. Garcia Maria das Graças Targino	O futuro da open peer review na Ciência da Informação	ENANCIB 2018
Joana Coeli R. Garcia Maria das Graças Targino Kleisson L. N. da Silva	Adoção da <i>open peer review</i> no Portal da Universidade Federal da Paraíba	ERECIN 2018
Liz Allen	<i>Open peer review through the lens of F1000's open research publishing platforms</i>	SCIELO 2018
Ruben Alvarez Sonia Caregnato	<i>Open pre-review: avaliação de preprints</i> em repositórios.	SCIELO 2018
Jan Velterop	<i>On peer review and preprint publication in the sciences.</i>	SCIELO 2018
Fernanda Mirelle de A. Silva Joana Coeli R. Garcia Wagner J. de Araújo	<i>Open Science</i> na Ciência da Informação pela <i>Web of Science</i> : 1993-2018	ENANCIB 2019
Patricia Pedri Ronaldo Ferreira Araújo	Vantagens e desvantagens da revisão por pares aberta: consensos e dissensos na literatura	EBBC 2020
Patricia Pedri Ronaldo Ferreira Araújo	Soluções tecnológicas de apoio à revisão por pares aberta: mapeamento das principais ferramentas e características	ENANCIB 2021

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

São documentos que se posicionam a favor da OPR, mas não são necessariamente indicativos da adoção pelos periódicos, embora haja explicitações de políticas em alguns títulos constantes do Anexo 1.

Retomando o texto de Guilhem e Diniz (2008), ao indicar a atenção necessária na seleção de avaliadores de um texto para evitar conflito de interesse entre eles, acrescentamos que, numa avaliação por pares aberta, além de cuidado a este item, há também chance de ambos se tornarem colaboradores e atingirem contribuição coletiva sobre determinado tema, ampliando a qualidade do artigo, como mencionado. As autoras especificam aspectos metodológicos resultantes da pesquisa, que ao serem publicadas, oferecem chances de replicação em áreas diversas, inclusive viabilizadas como pergunta de pesquisa, objetivos, amostragem, critérios de inclusão de grupos, utilização de estatística, objetividade na avaliação, análise dos dados, indicação das evidências produzidas pelos estudos e constatação da consecução (ou não) dos objetivos (GUILHEM; DINIZ, 2008).

Dentre os aspectos que fazem parte dos pilares da CA sobre avaliação aberta por pares, é interessante indicar que a Revista de Administração Contemporânea considera disponibilizar aos leitores os conjuntos de dados utilizados nas investigações a fim de reforçar a credibilidade e a reprodutibilidade do estudo, e, ainda, reconhecer e recompensar o avaliador do documento como colaborador do artigo. De fato, sendo ou não publicizado, o parecer contribui com o documento, tanto que conduz às avaliações sob os ditames da ética em pesquisa, oferecendo possibilidades a qualquer dos modelos, disponíveis e aceitáveis.

3 ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE

Retrocedendo ao perfil de Emily Ford, constante do Portal da Universidade de Portland, Oregon (Estados Unidos da América, EUA), é ela professora e bibliotecária, pratica yoga e passeia de bicicleta pela cidade a qualquer hora e em qualquer clima. Estuda temas relacionados à Comunicação Científica (CC), com ênfase na Avaliação por Pares Aberta e Informação para Cidadania. Atenta à OPR, considera o questionamento *Is justice blind?* de Michael McGiffert (1988), título de artigo que referencia a faixa de tecido que cobre os olhos de Thêmis, a deusa da justiça / do Direito, a associa a ocorrências semelhantes à *blind review*. Oferece, pois, motivo para reflexão: no sentido conotativo, com olhos vendados, somos justos com nosso

semelhante? Ou cometemos menos injustiças? Desde então, Ford (2013; 2015; 2019; 2021) se dedica à OPR.

Em “*Defining and characterizing open peer review: a review of the literature*”, Ford (2013) considera que o contexto acadêmico-científico se configura como ambiente em que a OPR se consolida, constatando a escassez de um conceito que a represente. Ensejando obter respostas, a autora analisa *corpus* constituído por 35 artigos, cujo tema refere-se à transparência das práticas do sistema de arbitragem, concluindo que tal modalidade de avaliação se assenta sobre oito frentes, das quais cinco fazem menção à abertura da avaliação e outras três à duração temporária da avaliação.

Em 2015, Ford seleciona quatro dos principais periódicos científicos dos campos de Engenharias, Ciências, Tecnologia e Matemática para verificar as implementações da avaliação aberta, constantes em suas respectivas políticas, cotejando-as com as oito características delineadas no estudo anterior de 2013. Os achados atestam que apenas um dos títulos operacionaliza simultaneamente seis modalidades: revisão assinada, revisão tornada pública, revisão transparente, revisão mediada pelo editor, revisão pós-publicação e revisão ampliada por grupo de juízes. Os outros três canais mesclam atividades do sistema aberto com moldes alusivos às arbitragens convencionais.

Em “*stories of open*”, Ford (2019) desenvolve e apresenta o discurso de 10 atores dos campos da Biblioteconomia e da CI a respeito da avaliação por pares. Mediante experiências editoriais, os respondentes manifestam flagrante descontentamento sobre atitudes de editores e árbitros, mediadas pela *blind review*. O estudo mais recente expõe iniciativas desses profissionais a fim de promover um processo coerente, transparente e íntegro, os quais estão sintetizados dois anos depois, no livro “*Stories of peer review: opening peer review through narrative inquiry*” (FORD, 2021).

Vrana (2017) demonstra que alguns editores científicos adotam de forma experimental a revisão por pares aberta, resultando em dois aspectos. O primeiro aponta ínfimo número de gestores editoriais dispostos a adotá-la. Contemporiza, afirmando que na publicação científica as mudanças sempre ocorreram lentamente, e que, em geral, o sistema científico de informação e as mudanças não são imediatamente visíveis. Porém, isto não indica que não se deve promover mudanças. Ao contrário. Significa que devem ser melhor documentadas, apresentadas, tornadas

públicas e acessíveis. Noutro resultado em que os editores estão propensos a experimentar e aceitar a OPR, cuidadosos com a implementação, sugere que pesquisas futuras contatem diretamente os editores, vez que, presumivelmente, estes fornecerão outras possibilidades. Vrana (2017) ainda considera que pesquisou o suficiente, concluindo com a citação de 1997, de Harnad, em que afirma ser a revisão por pares sempre imperfeita, mas, embora possa ser melhorada. Não seria a avaliação aberta, antecedida do *preprint* essa possibilidade? E se assim for, que razões existem para não apostar nela?

Percebemos a OPR como processo transparente oferecida a editores para a aplicarem, se o quiserem, tanto com liberdade de escolha dos autores em suas produções e publicações, quanto na avaliação dos companheiros que concordarem e a aceitarem. Assim propondo, decerto, estamos confrontando a determinação da presidência brasileira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), quando publica a Portaria n. 145, de 10 de setembro de 2021, cujo Artigo 9º Inciso III afirma: “Considera-se violação de boas práticas [...] a não adoção do sistema de revisão cega por pares, devidamente auditável, ou a violação do correspondente sigilo”. Mas, não distingue termos como arbítrio enquanto pura e simples determinação; o significado de livre arbítrio, oferecendo aos cientistas brasileiros a possibilidade de liberdade; e aos editores, avaliadores e autores atuarem com autonomia, arbitrando seu autogoverno e independência e seguindo seu discernimento quando da CA.

Como não questionar, em plena vigência da CA e dos pilares que a sustentam, em especial tendo em vista que o *status* de ciência só ocorre após avaliação, que alguém possa arvorar-se no direito de determinar que o Brasil só realize *blind review*? Se é a Ciência Aberta, nada mais adequado que seu julgamento, juízo, crítica, reflexão sejam também livres, espontâneos, coerentes e disponíveis aos atores envolvidos.

Nas bases internacionais indicadas na referida Portaria n. 145 / 2021, identificamos o que existe publicado sobre OPR, seja como artigo, como título de periódico, editorial, seja em outras formas e formatos. Na *Web of Science* (WoS) há 248 menções dentre artigos, revisões temáticas, editoriais, comunicações em conferências, acesso antecipado, cartas, resumos de reuniões, tratando da temática OPR; na base *Scopus* são 367 registros, distribuídos em artigos, revisões temáticas, capítulos de livros, editoriais e comunicações em conferências sobre OPR; A *ERIH-plus* dispõe de um número de 516 títulos de periódicos sem detalhar a forma de

aceitação de artigos nem suas temáticas; Na *Redalyc*, constam 47 artigos e editoriais sobre avaliação aberta. Somente na SPELL, nada se localizou, reafirmando que as bases internacionais foram as citadas na Portaria, e as quantidades não indicam intensa produção.

Importa, no entanto, considerar as observações de Vrana (2017) sobre conclusões, comentários e possibilidades concedidos internacionalmente. Afinal, não estamos tratando de dogmas. A Idade Média já se vai distante. Em pleno século XXI, ampliam-se eixos condizentes com a CA, valendo experienciá-los.

Com relação a artigos brasileiros publicados em eventos, consideramos o produzido e relacionado no referendado Quadro 1, qual seja, Literatura sobre *open peer review* em eventos brasileiros. Trata-se de indício que, a partir de prospecção realizada por Garcia e Targino (2017), editores brasileiros dos periódicos da CI e outras áreas ultrapassaram processos de mudança, em especial tecnológica na esfera dos títulos e da avaliação pelos pares. O ocorrido com as revistas internacionais deveria ser amplamente adotado, sobretudo, porque a transição para adoção da avaliação aberta posiciona-se, inclusive, pela avaliação assinada. Impossível, portanto, aceitar que ao solicitar colaboração entre membros de determinada comunidade científica, isto provoque resistência. Melhor admitir que a transparência do processo editorial resulta em maior qualidade das revistas.

A possibilidade de oferecer discussão científica e ética entre autor e avaliador de determinado texto, compreendendo que isto acontece dentre cientistas, pesquisadores e professores inseridos dentre os que deveriam defender elenco maior de posições e/ou ampliação de possibilidades, ainda que contrárias, restabelecendo-se chances, viabilidades e expectativas. Na verdade, elas se ampliam pelo texto de Kern (2017), ao identificar plataformas inovadoras sobre tarefas de revisão por pares automatizáveis e ao concluir que há tarefas que agilizem o sistema ou inovem serviços antes indisponíveis, enquanto há outras associadas e capazes de reprimirem a má conduta científica.

Em artigo de Pedri e Araújo (2021), os autores descrevem ferramentas disponíveis na *web*, com possibilidades de revisão por pares aberta, incluindo oferecimento de suporte. Apresentam uma listagem com 13 ferramentas, sequenciadas por ano de criação de 1991 a 2018. Indicam instituição responsável ou empresa proprietária, forma de acesso para autores, revisores, editores, revistas ou bibliotecas, quase todas em formato gratuito ou com pagamento simbólico.

As condições brasileiras sobre OPR foram discutidas com editores (GARCIA; TARGINO, 2017) e avaliadores (TARGINO; GARCIA; SILVA, 2020) que afirmam manter interesse e/ou disposição para trabalhar com a OPR e concordam que há vantagens no sistema aberto, tanto para a ciência em si quanto para a qualidade das revistas. Em ambos os grupos, também há autores, o que permite inferir que há relativa concordância nos três times. Decorridos alguns anos, três dos 44 periódicos da CI referem em suas políticas de avaliação elementos que sinalizam estratégias de OPR, não obstante inexista ampliação significativo, como o Anexo 1 atesta. Além das desconfianças naturais sobre algo que parece novidade, da pouca vontade dos editores de experienciar algo inovador, agora estamos também regidos pela Portaria n. 145 / 2021 da Capes.

Também os brasileiros Alvarez e Caregnato (2018) referem-se a iniciativas em benefício da visibilidade da produção acadêmica oriunda da Física de Altas Energias (FAE) dos anos 60. Os profissionais deste subcampo fazem uso dos *preprints*, enquanto produção disponibilizada, mesmo não avaliada formalmente por pares, mas recebendo críticas e/ou sugestões de melhorias. Sobre esse aspecto, Taubes (1993) afirma ser o *e-mail eletrônico* o primeiro mecanismo utilizado para distribuição de versões preambulares entre os pesquisadores.

Alvarez e Caregnato (2018) assinalam, ainda, que desde 1969, o desenvolvimento do primeiro repositório temático, intitulado *Stanford Public Information Retrieval System* (SPIRES) atende às necessidades de discentes, docentes, pesquisadores e colaboradores da instituição. Portanto, as informações confirmam quanto os pesquisadores brasileiros estão desatentos em relação às inovações que se relacionam com a editoração de periódicos científicos. Quando o posicionamento se apresenta de forma mais observadora e acutelada coloca a ciência desenvolvida no Brasil em patamar mais condizente.

Em relato de experiência, Santos e Santos (2017) apresentam significativas mudanças ocorridas no sistema de CC e o impacto daí advindo, influenciando o processo de produção, avaliação e socialização do conhecimento. Os autores lançam mão de um experimento com a participação de 216 membros, cujas ações de escrita e avaliação de textos foram realizadas através de *posts* no grupo do Facebook. O processo ocorreu em quatro etapas: escrita coletiva; revisão pelos autores; seleção dos pareceristas e análise dos trabalhos; revisão, edição e publicação em revista. Concluem que o atual sistema de avaliação e publicação científica é ainda fechado e

restrito a um público específico, evidenciando falhas operacionais no modelo tradicional de avaliação.

Em evento de comemoração dos 20 anos do SciELO, Jan Velterop (2018) destaca que a principal qualidade da pesquisa científica é ser e estar aberta, disponível, inclusive comparando-a aos *preprints*, não antes de considerá-los apólice de seguro, porquanto atingem rapidamente grande número de pessoas e é, na maioria dos casos, menos dispendioso. Mas ainda assim, o autor questiona a qualidade dessa produção, exatamente por inexistir a avaliação por árbitros. Em oposição, Velterop (2018) observa que o artigo mesmo revisado também pode apresentar imprecisões. Estas seriam ainda mais perigosas do que num *preprint*, porquanto o processo de descoberta científica é em todo percurso repleto de *peer review* que julga o trabalho, replica-o, melhora, desenvolve e se necessário, adiciona comentários ao trabalho dos demais.

Enquanto isso acontece em terras brasileiras, no panorama internacional em geral há adesão, mormente nas Ciências da Saúde, referendadas por Crawford e Stucki desde 1990 e, recentemente, por Csiszar (2016) e Spinak (2018), aproximando as gerações mais da OPR. Ao assinar o *paper* “Sobre revisão por pares aberta vista sob as lentes das plataformas abertas de publicação da F1000 *research*”, Allen (2018) discute a multimodalidade da OPR, ilustrando a dinâmica dos *postprints* empregada por iniciativa britânica. “E acrescenta que ela é especial para quem não receia avaliações de outros cientistas, e as usa para ampliar conhecimento e praticar colaboração científica”. Em outras palavras, os formatos que referem ou adotam *open peer review* ou *blind review*, nas modalidades *single* ou *double* ou o envio de *preprint* a repositórios temáticos, nenhum deles é soberano ou finalístico, visto que os argumentos defendidos, ampliam e endossam novas e, quiçá, discussões mais e mais éticas.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

A revisão por pares se apresenta como um dos eixos da CA e o principal da Comunicação Científica, considerando que sua anuência se configura como imperativo para alcance da condição de cientificidade e de ampla publicização. Sua constante abordagem, enquanto objeto de estudo, reforça o quão imprescindível é

discutir suas dimensões em benefício da ciência, de seus atores e de seus mecanismos de viabilização, na expectativa de que se produza ciência com qualidade que conduza a um mundo, no qual, a ética e a integridade das pesquisas prevaleçam.

Diante de tamanha responsabilidade, os modelos avaliativos, sejam *blind* regidos pelo anonimato, sejam *open* alvo de críticas por protagonizar flagrantes polêmicas de natureza ética e interpessoal, não podem guardar a memória das Inquisições. A literatura sugere, cada vez mais, a abertura do processo como alternativa para sanar os óbices estimulados pelo encobrimento simultâneo ou unilateral de atributos dos partícipes, conferindo-lhes bônus e ônus pela conduta que adotarem, seja assertiva ou contestatória, de acordo com a CA.

Em resposta à questão norteadora, verifica-se que os textos analisados vislumbram características, inovações, aplicabilidades e benesses que atendem às demandas da Ciência Aberta, comprovando a eficácia do sistema aberto de revisão pelos pares em contraponto às objeções da comunidade. Deste modo, o estudo permite identificar que dos periódicos de CI, 36 estão direcionados pela avaliação às cegas, enquanto quatro veículos permitem ser avaliados de forma híbrida. Neste sentido, retoma-se Vrana (2017), para quem a OPR deve ser implementada em situação probatória e experienciada por indivíduos dispostos a adotá-la.

A abertura da revisão pelos pares oferta incontestáveis benefícios. Sua implementação manifesta-se como desafio constante na CI e nas demais esferas acadêmicas por se tratar de mecanismo, cuja efetivação lenta e gradual respalda-se na relação mútua de *referees* e avaliados a partir de recíproca aceitação. Destarte, tendo em vista que o favoritismo e viabilização dos modelos avaliativos se manifestam subjetivamente em cada campo do conhecimento, cabe aos editores adotar estratégias no processo de comunicação científica que supram as demandas de seu público-alvo, tendo em vista que os posicionamentos do coletivo acadêmico-científico se mostram polarizados acerca da funcionalidade dos modelos *blind* e *open peer review*.

REFERÊNCIAS

ALLEN, L. Open peer review through the lens of F1000's open research publishing platforms. *In: REUNIÃO DA REDE SCIELO*, 20., 2018. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Scielo, 2018. p. 1-8. Disponível em: <https://repository.scielo20.org/index.php/documents/article/view/115>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALVAREZ, G. R.; CAREGNATO, S. E. Open pre-review: avaliação de preprints em repositórios. In: REUNIÃO DA REDE SCIELO, 20., 2018. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Scielo, 2018. p. 1-7. Disponível em: <https://repository.scielo20.org/index.php/documents/article/view/103/73>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria n. 145**, de 10 de setembro de 2021. Dispõe sobre o Qualis Periódicos, seus objetivos e finalidade. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 174, p. 128, 14 set. 2021.

CRAWFORD, S.; STUCKI, L. Peer review and the changing research record. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 41, n. 3, p. 223-228, 1990.

CSISZAR, A. Peer review: troubled from the start. **Nature**, [S. l.], n. 532, p. 306-308, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/532306a>. Acesso em: 13 jan. 2021.

DeCOURSEY, T. Perspective: the pros and cons of open peer review. **Nature International Weekly Journal of Science**, London, June. 2006. Disponível em: https://www.nature.com/articles/nn0399_197. Acesso em: 14 jan. 2022.

FORD, E. Defining and characterizing open peer review: a review of the literature. **Journal of Scholarly Publishing**, Toronto, v. 44, n. 4, p. 311-326, Jul. 2013. Disponível em: https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=ulib_fac. Acesso em: 14 jan. 2022.

FORD, E. Moving peer review transparency from process to praxis. **Insights**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 1-6, Cot. 2019. Disponível em: <https://insights.uksg.org/articles/10.1629/uksg.480/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FORD, E. Open peer review at four stem journals: an observational overview. **F1000 Research**, Rockville, v. 4, n. 6, p. 1-15, Aug. 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4350441/>. Acesso em: 09 jan. 2022.

FORD, E. **Stories of open**: Opening peer review through Narrative Inquiry. Chicago: Association of College and Research Libraries, 2021.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G. O futuro da open peer review na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...] Londrina: UEL, 2018. p. 1-20. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1218. Acesso em: 14 jan. 2022.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G. Open peer review sob a ótica dos editores das revistas brasileiras de Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...] Marília: UNESP, 2017. p. 1-21. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104007>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GUILHEM, D.; DINIZ, D. **O que é ética em pesquisa**. Brasília: Brasiliense, 2008.

HARNAD, S. Learned Inquiry and the Net: The Role of Peer Review, Peer Commentary and Copyright. **Learned Publishing**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 283-292, 1997.

KERN, V. Inovações na revisão por pares: o papel do software. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...] Marília: UNESP, 2017. p. 1-18. Disponível em: http://eprints.rclis.org/32120/1/VMKern_InovRevPares_Enancib2017_Final.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

McGIFFERT, M. Is justice blind? An inquiry into peer review. **Scholarly Publishing**, Columbia, v. 20, n. 1, p. 43-48, 1988.

MERTON, R. K. **Priorities in scientific discovery**: a chapter in the sociology of science. *American Sociological Review*, Albany, v. 22, n. 6, p. 635-659, Dec. 1957.

PEDRI, P.; ARAÚJO, R. F. Soluções tecnológicas de apoio à revisão por pares aberta: mapeamento das principais ferramentas e características. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ/IBICT, 2021.

PEDRI, P.; ARAÚJO, R. F. Vantagens e desvantagens da revisão por pares aberta: consensos e dissensos na literatura. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIENTOMETRIA, 7, 2020, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2020.

SANTOS, A.; SANTOS, N. Uso de tecnologias interativas na avaliação e comunicação científica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2017. p. 1-18. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/611. Acesso em: 5 jan. 2021.

SPINAK, E. Sobre as vinte e duas definições de revisão por pares aberta... e mais. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, Feb. 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/02/28/sobre-as-vinte-e-duas-definicoes-de-revisao-por-pares-aberta-e-mais/#.XzRYkChKhPY>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TARGINO, M. G.; GARCIA, J. C. R.; SILVA, K. L. N. Avaliadores da Ciência da Informação frente à open peer review. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 43, n. 1, p. 1-20, jan. 2020. Disponível em: http://eprints.rclis.org/39954/1/Articulo%20publicado_v43n1eI3.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.

TAUBES, G. Publication by electronic mail takes physics by storm. **Science**, Pennsylvania, v. 259, n. 5099, p. 1246-1248, Feb. 1993. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/259/5099/1246>. Acesso em: 4 jan. 2022.

VELTEROP, J. On peer review and preprint publication in the sciences. *In: REUNIÃO DA REDE SCIELO*, 20., 2018. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Scielo, 2018. Disponível em: <http://repository.scielo20.org/documents/article/view/85>. Acesso em: 14 jan. 2022.

VRANA, R. Acceptance of Open Peer Review by Scientific Publishers. *In: CENTRAL EUROPEAN CONFERENCE IN INTELLIGENT SYSTEMS*, 28., 2017, Varaždin. **Anais** [...]. Varaždin: University of Zagreb, 2017. p. 221-228. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322919350_Acceptance_of_Open_Peer_Review_by_Scientific_Publishers. Acesso em: 14 jan. 2022.

ANEXO 1

PERIÓDICOS BRASILEIROS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Item	Título	Modalidades de avaliação	Observações
1	Atoz: Novas Práticas em Informação e Conhecimento	Sistema <i>double blind review</i> . Para manuscritos em servidores <i>preprint</i> , adota a OPR	Adota <i>preprint</i>
2	<i>Archeion Online</i>	Sistema <i>double blind review</i> .	
3	Arquivistica.net	O Comitê Editorial seleciona os títulos a serem publicados. A seleção pode ser realizada por dois avaliadores convidados pelo Comitê, cujos nomes constarão do <i>site</i> Arquivistica.net.	<i>Site</i> não localizado. Os dados da Revista estão em repositório.
4	Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
5	Biblionline	Sistema <i>double blind review</i> .	
6	Biblioteca Escolar em Revista	Sistema <i>double blind review</i> .	
7	Bibliotecas Universitárias: Pesquisas, Experiências e Perspectivas	Sistema <i>double blind review</i> .	Último número, 2018.
8	<i>Brazilian Journal of Information Science: Research Trends</i>	Sistema <i>double blind review</i> .	Adota <i>posprint</i>
9	Ciência da Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
10	Ciência da Informação em Revista	Sistema <i>double blind review</i> .	
11	Comunicação e Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
12	Em questão	Sistema <i>double blind review</i> : dois membros do Conselho Editorial ou consultores <i>ad hoc</i> .	
13	Encontros Bibli	Sistema <i>double blind review</i> . Publica o parecer sem identificação.	Adota <i>preprint</i>

14	INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	Sistema <i>double blind review</i> .	
15	Informação @ Profissões	Avaliadores <i>ad hoc</i> , selecionados segundo a área de pesquisa, com prazo de 14 dias para emissão do parecer.	
16	Informação arquivística		Site não localizado.
17	Informação & Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
18	Informação & Sociedade	Sistema <i>double blind review</i> : três <i>referees</i> .	
19	Informação e Tecnologia (ANCIB)	Sistema <i>double blind review</i> .	
20	Inclusão Social	Sistema <i>double blind review</i> .	
21	Intexto	Sistema <i>double blind review</i> .	
22	Informação, Memória e Tecnologia	Sistema <i>double blind review</i> .	
23	LIINC em Revista	Sistema <i>double blind review</i> .	Adota preprint
24	LOGEION: Filosofia da Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
25	Morpheus	Sistema <i>double blind review</i> .	Último número, 2018.
26	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
27	Perspectivas em Ciência da Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
28	Perspectivas em Gestão & Conhecimento (PG&C)	Sistema <i>double blind review</i> .	
29	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB)	Sem informação.	
30	Ponto de Acesso	Sistema <i>double blind review</i> .	
31	Revista ACB	Sistema <i>double blind review</i> .	
32	Conhecimento em Ação	Sistema <i>double blind review</i> .	
33	Analisando em Ciência da Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
34	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Sem informação.	
35	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	
36	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	Sistema <i>double blind review</i> .	
37	Folha de Rosto	Sistema <i>double blind review</i> .	
38	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Sistema <i>double blind review</i> .	

39	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação (TPBCI)	Sistema <i>double blind review</i> .	
40	Transinformação	Sistema <i>double blind review</i> .	
41	Bibliomar (UFMA)	Sistema <i>double blind review</i> .	
42	Bibliocanto (UFRN)	Sistema <i>double blind review</i> .	
43	Informação na Sociedade Contemporânea (UFRN)	Sistema <i>double blind review</i> .	
44	Informação em Pauta	Sistema <i>double blind review</i> .	

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

- **Joana Coeli Ribeiro Garcia:** Planejamento do artigo, redação e revisão na versão final.
- **Maria das Graças Targino:** Planejamento, redação, revisão linguística do artigo.
- **Kleisson Lainnon Nascimento da Silva:** Coleta dos dados, redação e normalização das referências.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.